

116

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos
225606-2/01 Guararapes

Embargante: Indústria Açucareira Antônio Martins de Albuquerque S/A

Embargada: Petrobrás Distribuidora S/A

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. OMISSÃO NÃO RECONHECIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

Com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC.

O Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

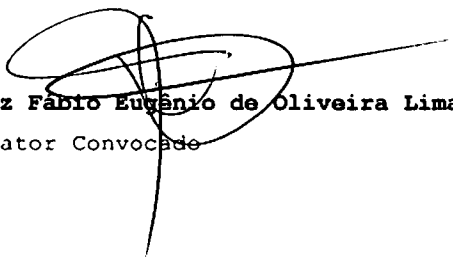
O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0225606-2/01, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos
225606-2/01 Guararapes

Embargante: Indústria Açucareira Antônio Martins de Albuquerque S/A

Embargada: Petrobrás Distribuidora S/A

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pelo agravante contra Acórdão desta E. Câmara Cível (fl. 71), assim sumariado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE. ART. 267, § 1º DO CPC. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA.

1. De acordo com o § 1º, do art. 267, do CPC, quando a extinção do processo se fundar no abandono da causa pelo autor é indispensável a sua intimação pessoal, permitindo-lhe se manifestar a respeito do seu interesse ou não de prosseguir com a ação.

2. Nos termos da Súmula 240 do STJ: "A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu".

3. Prescrição intercorrente é aquela que se verifica no curso da demanda, após seu ajuizamento, quando o credor fica inerte na prática de determinados atos processuais, permitindo a paralisação do processo injustificadamente.

4. Agravo Legal a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo Legal nº. 225606-2/01, tendo como agravante: INDÚSTRIA AÇUCAREIRA ANTÔNIO MARTINS DE ALBUQUERQUE S/A e Agravada: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores componentes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo legal, mantido os termos da decisão hostilizada, em conformidade com o voto do Relator.

Alega o embargante, em suas razões recursais, que não houve correta aplicação da lei no tempo, e esclarece que os Embargos não foram recebidos com efeito suspensivo.

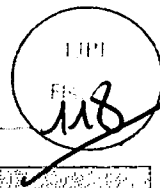
Pretende, ainda, prequestionar a violação de artigos legais e constitucionais.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, "d", RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 5ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos
225606-2/01 Guararapes

Embargante: Indústria Açucareira Antônio Martins de Albuquerque S/A

Embargada: Petrobrás Distribuidora S/A

Relator: Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

VOTO

Resta evidente que a embargante quer ver reapreciado o Acórdão. Pretende o embargante rediscutir questão que foi enfrentada em sua totalidade, apontando erro de julgamento.

Como curial, com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC. Entretanto, a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma das exceções previstas.

Anote-se, ainda, que o Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350). E acrescenta que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Em idêntica situação, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114)".

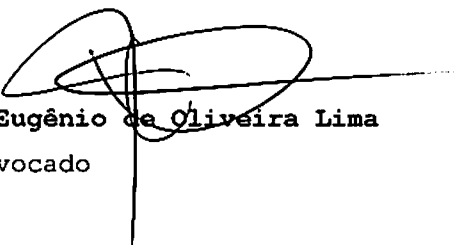
Ademais, as questões jurídicas relevantes para o desate da lide recursal foram examinadas e decididas pela Turma Julgadora, não havendo, neste particular, omissão do julgado

Consigne-se, ainda, que o prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei. Colho, nesta senda, a doutrina de Egas Dirceu Moniz de Aragão, para quem: "(...) tem-se admitido como tacitamente pré-questionado tema cujo respeito o Tribunal emitira julgamento, embora sem referir a norma legal incidente. Mas parece que em tais casos o problema nem se apresenta, pois, se alguma questão fora julgada, mesmo que não seja mencionada a regra da lei a que está sujeita, é óbvio que se trata de matéria 'questionada' e isso é o quanto basta" (Pré-questionamento, Revista Forense, v.328, pág. 43).

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.

É como voto.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado